

## **A PSICOLOGIA EDUCACIONAL EM INTERFACE COM O SOCIAL**

Ellis Regina Ferreira dos Santos (UEPB); Daniella Enoque Vasconcelos Freitas (UEPB); Emanuella Kelly dos Santos (UEPB); Frankleudo Luan de Lima Silva (UEPB); Josefa Braz da Silva (UEPB); Kamylla Chesma Rodrigues (UEPB); Laísy Lima Nunes (UEPB); Meg Magali de Oliveira Tavares (UEPB); Pamela de Sousa Gonzaga (UEPB); Raquel Souza Coelho (UEPB); Ranielly Cristina Silva Santos (UEPB)

### **1. INTRODUÇÃO**

Os processos educacionais conglomeram, por excelência, duas realidades indissociáveis no desenvolvimento do homem: a formação intelectual e a formação social. A educação é um reflexo dos modos de vida do homem; encontra-se, pois, estreitamente atrelada ao contexto das relações sociais, construindo-o e nele sendo construída.

Educar não é, entretanto, condicionar socialmente o indivíduo, mas, fundamentalmente, garantir-lhe liberdade e autonomia. A psicologia educacional busca a compreensão do desenvolvimento humano no contexto sociocultural, bem como a promoção das potencialidades do sujeito em interação com o outro social, esclarece Santos (2004).

Tomando como alicerce a idéia de uma educação que se caracteriza pela multiplicidade de significados e pela diversidade de situações e lugares de ocorrência; distanciando-nos, portanto, de uma concepção que limita, restringe a educação a um espaço único e retido, buscamos refletir e promover a inserção do psicólogo com formação educacional no contexto do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS.

Destarte, entendemos que os propósitos ou atribuições delegados à psicologia educacional ou ao profissional que dela faz uso, extrapolam, em grande medida, o âmbito da instituição escolar, tendo em vista esse reconhecimento de que as práticas educacionais podem ser produzidas nos mais diversos âmbitos e destinadas a diferentes demandas, favorecendo o desenvolvimento de potencialidades e promovendo saúde e qualidade de vida.

Este estudo configura-se como um trabalho de extensão comunitária que visou enfatizar a importância do desenvolvimento de ações sócio-educativas junto à comunidade vinculada ao CRAS. Como também, possibilitar experiências que viabilizem uma formação de estudantes de psicologia educacional voltada a vários âmbitos, visto que a educação encontra-se intrinsecamente vinculada ao contexto social como um todo.

### **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **2.1. O lugar da Educação**

O conceito de educação encontra-se extremamente vinculado à noção de ensino-aprendizagem, e, conseqüentemente, o espaço mais associado a este fazer é a escola. Na nossa sociedade a ocorrência de tal fato é natural, já que apresentamos um modelo de educação formal e uma instituição exclusivamente destinada para este propósito. Contudo,

não é assim que a educação se desenvolve em outras sociedades, principalmente nas sociedades mais primitivas, ou se desenvolvia nos tempos mais remotos.

Ao longo da história, a educação vem ganhando novos propósitos, significados e lugares, todavia sua origem nunca deixou de ser a interação social. Segundo Bock *et al* (2002) a educação significava e talvez ainda signifique apenas viver a vida cotidiana do grupo social ao qual se pertence, a escola nem sempre existiu, esta nada mais é do que uma construção social do homem.

Falar em “educação” pressupõe que há algum modelo prévio de educação que deve ser seguido, todavia, segundo Brandão (1987) na nossa vida sempre nos envolvemos com a educação seja na escola, na casa, na rua ou na igreja, seja para aprender, ensinar, aprender-e-ensinar, existem várias formas de se pensar e fazer educação, portanto, o termo mais apropriado para o autor seria “educações”.

Durkheim (1955) condena concepções de educação que partam do pré-suposto de uma educação ideal, posto que esta varia infinitamente com o tempo e com o meio, não havendo formas de estabelecer um modelo. Nas cidades gregas e latinas, por exemplo, a educação tinha como propósito conduzir o indivíduo a subordinar-se cegamente à coletividade, a tornar-se uma coisa da sociedade. Atualmente, em nossa sociedade, a educação concentra-se na construção do indivíduo enquanto uma personalidade autônoma, consciente, cidadã, excluindo-se aqui, obviamente, quando a educação torna-se instrumento de manipulação encoberta por um pseudopropósito de autonomia. Não há uma única forma de educação nem um modelo único, a escola não é o único lugar onde se faz educação e talvez nem seja o melhor (BRANDÃO, 1987).

A educação é reflexo do modo de vida do homem e representa uma fração deste, constituindo-se enquanto uma forma de transmissão da cultura, de criar e recriar, e esta envolve papéis sociais, crenças, costumes, modos de agir e fazer de uma determinada sociedade. Sendo assim, a educação encontra-se intrinsecamente vinculada ao social, ao contexto das relações sociais, nela se constrói e nela é construída.

Segundo Brandão (*op. cit.*), somente quando uma sociedade atinge um determinado nível de organização social e cultural é que emerge a necessidade de se pensar como fazer a educação, antes esta já se desenvolvia espontaneamente no meio social, no sentido de uma educação mais formalizada, devido à questões relacionadas à divisão social do trabalho e ao poder.

No Brasil, atualmente, a educação ganha novas fronteiras, a exemplo da saúde preventiva no contexto das políticas públicas, com trabalhos desenvolvidos junto às comunidades por instituições de assistência social, como ocorre com o CRAS. Com a emergência da chamada Psicologia da Saúde, surgiram novas possibilidades de atuação do psicólogo escolar.

Segundo Rey (1997) durante muitos anos a psicologia orientada para o campo da saúde encontrava-se intrinsecamente associada a uma especificidade do saber psicológico: a psicologia clínica, contudo, a psicologia da saúde, recém-surgida, enfoca problemas muito mais vinculados ao desenvolvimento da saúde humana do que a doença e isso abriu novas possibilidades dentro da saúde. É nesse novo cenário que a psicologia educacional adquire novos propósitos, e a educação começa a ser colocada como uma possibilidade de promoção da saúde dentro do contexto social-comunitário.

## 2.2. Psicologia Educacional

A psicologia educacional surge como forma de interligar a Educação com a Psicologia, é dentro desta perspectiva que ela se desenvolve e atinge o estado de utilidade social. Desde seu início a Psicologia Educacional teve como objetivo a promoção do bem-estar humano, a princípio centrada nas crianças escolares e posteriormente se expandindo para adolescentes, adultos e toda comunidade que é educada ou que de alguma forma influencia no processo de desenvolvimento do educando sob todos os aspectos (NETTO, 2001).

Psicólogos educacionais são profissionais que atuam em instituições educacionais e se dedicam ao ensino e à pesquisa na interface Psicologia e Educação. As concepções teórico-metodológicas que norteiam a prática profissional da Psicologia Educacional são diversas, assim como em todas as áreas da psicologia.

A psicologia nos meios educacionais baseava-se, a priori, na idéia de que os problemas estavam nos indivíduos que não aprendiam. Sem o incentivo de uma visão crítica dos problemas educacionais, surgiram explicações que culpabilizavam o indivíduo e a família, desconsiderando a problemática social inerente. Esta prática tentava atender as exigências e concepções de ciência aceitáveis daquelas condições histórico-sociais. É a partir do fim da década de 70 e início da década de 80 que as críticas severas a este modelo de atuação surgem e ganham força (CRUCES, 2003).

Segundo Menezes *et al* (2007) a sociedade de forma geral entende como principal atribuição do psicólogo educacional o atendimento ao “aluno-problema” (grifo das autoras) de forma individualizada e, costumeiramente, baseada unicamente na queixa do professor. Destacam também a falta de delineamento do campo de ação dos profissionais desta área e a falta de entendimento de outros profissionais da área da educação em relação a seu trabalho, apontando como isso contribui para uma imagem equivocada e incerta do psicólogo educacional.

O Conselho Federal de Psicologia - CFP, segundo resolução 014/00 (*apud* MENEZES *et al*, 2002), determina que o dever do psicólogo desta área é aplicar conhecimentos psicológicos concernentes ao processo ensino-aprendizagem, analisar e realizar intervenções psicopedagógicas referentes ao desenvolvimento humano, às relações interpessoais e à integração família-comunidade-escola, para promover o desenvolvimento integral do ser.

A psicologia educacional vem ganhando novas características e denominações na tentativa de demonstrar que há outros espaços, além da escola, onde as práticas educacionais estão presentes. Tendo em vista que ela é uma forma de interligar a psicologia e a educação se faz necessário trabalhar esses espaços onde há práticas educacionais a fim de conquistar mais qualidade e eficácia, mesmo que haja uma especificidade de trabalho nos meios onde a educação formal se dá (CRUCES, 2003).

Cruces (*op cit*) mostra ainda que os psicólogos educacionais estão atuando em diversos espaços e superando a atuação puramente remediativa. Os profissionais se vêem obrigados a construir estratégias para lidarem com os novos contextos de trabalho e com um modelo de atuação profissional mais acessível a segmentos populacionais outrora excluídos pela prestação de serviços, via instituições, o que vem contribuindo para romper com o modelo profissional liberal.

Muito se discute sobre a importância de uma psicologia educacional voltada para a realidade social, sendo assim este é um campo rico onde os profissionais desta área podem

e devem agir. É neste sentido que autores como Menezes *et al* (*op. cit*) ressaltam a importância de uma prática norteada pela atitude crítica, permitindo que tanto profissionais como todos os envolvidos desenvolvam formas de pensamento sobre a realidade social consciente e livremente.

### **2.3. O Apoio Social**

Segundo Valla (1999) nos Estados Unidos ocorreu um debate intenso sobre a Saúde Pública na década de 80, este relacionava a crise da saúde pública naquele país a um novo conceito que foi denominado de “social support” (apoio social). Apoio social se define como sendo qualquer informação, falada ou não, e/ou auxílio material oferecido por pessoas que se conhecem e que resultam em efeitos emocionais ou comportamentos positivos (VALLA, *op. cit.*).

Segundo este autor, pesquisas apontam que o apoio social auxilia na manutenção da saúde, prevenindo doenças e facilitando a convalescença, exerce efeitos diretos na imunidade do indivíduo, aumenta a capacidade das pessoas lidarem com o estresse, além de conferir uma sensação ao indivíduo de coerência e controle sobre a vida, alterando benéficamente o estado de saúde. Isto sugere a importância do apoio social na qualidade de vida do indivíduo.

Conforme Cassell (1974, *apud* VALLA, 1999) estudos relatam que esse apoio disponibilizado por certas organizações sociais pode influir benéficamente, proporcionando fatores de proteção contra o aparecimento de doenças, contribuindo para melhorar a saúde física, mental e emocional. Portanto, um envolvimento comunitário pode ser um fator psicossocial significativo melhorando a confiança pessoal, a satisfação com a vida e a capacidade de enfrentar problemas. É inegável a contribuição do social e, paralelamente, da educação, para a saúde e a qualidade de vida dos indivíduos.

Nos últimos anos o olhar sobre a saúde no Brasil tem se modificado e um tratamento diferenciado vem sendo oferecido a esta. O estudo de Valla (1992) acerca da saúde no Brasil no início da década de 90 aponta que quando se faz uma relação dos processos de saúde-doença com as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora é necessário lançar um olhar sobre as políticas sociais desenvolvidas pelo governo brasileiro, uma vez que boa parte dos fatores condicionantes da saúde da população relaciona-se ao acesso e à qualidade dos serviços básicos oferecidos.

Além disso, apesar dos elevados gastos do governo brasileiro com programas, estes não beneficiavam os grupos de baixa renda, mas apenas os economicamente favorecidos, os investimentos eram maiores no ensino superior, na medicina curativa e nos financiamentos habitacionais para as classes média e alta do que para o ensino de 1º grau, medicina preventiva e programas habitacionais populares. Atualmente, os investimentos governamentais estão mais voltados para políticas públicas de medicina preventiva e apoio social.

### **2.4. Políticas Públicas**

Os problemas sociais sempre clamam ou exigem respostas ou soluções pautadas em princípios morais e de equidade e igualdade social. As necessidades identificadas na vida coletiva, nos seus diversos âmbitos (educação, social, saúde, trabalho, entre outros), devem ser sanadas através de práticas e normas, que orientem todos os setores da sociedade,

denominadas Políticas Públicas.

Enviesando-se com mais profundidade sobre o conceito de Políticas Públicas, entenderemos com mais clareza suas atribuições e estrutura. Políticas Públicas são descritas como um quadro de normas que norteiam as práticas sociais, garantem e respaldam os direitos dos indivíduos, tornando-os mais exequíveis. São formas de gerir a vida coletiva, sempre visando divulgar e difundir a justiça social. São, ainda, diretrizes que se propõem a resolver os problemas da sociedade como um todo. As políticas públicas têm seus ajustes e alterações em conformidade com a contextualização da sociedade e com as demandas dela emanadas.

Como foi supramencionado, as Políticas Públicas não se restringem a setores específicos e deslocados da vida social, mas revelam um aspecto totalizador da mesma. Contudo, ateremo-nos a discorrer, nesta explanação, acerca daquelas que planejam e administram a Educação e a Assistência Social, e ainda frisaremos a relação estabelecida entre ambas.

O Sistema Educacional brasileiro é regido por dois importantes documentos: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e o Plano Nacional de Educação (Lei 10.173/2001) e é planejado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelas secretarias estaduais e municipais. As diretrizes que orientam a educação preconizam que esta abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Todas as modalidades de Educação institucionalizadas, sejam de ordem pública ou privada, devem se submeter aos trâmites que permeiam e organizam o currículo, o calendário, exigências de formação dos docentes, exigências de funcionamento do curso, etc. Assim, as diversas modalidades e níveis do Sistema Educacional mantêm certa unidade em sua execução.

No âmbito da Assistência Social o documento que respalda as ações no cenário social é a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Marcada pelo caráter civilizatório na consagração dos direitos sociais, a LOAS exige que as provisões assistenciais sejam pensadas no âmbito das garantias de cidadania, sob vigilância do Estado. Todavia, muitos, às vezes e ainda, confundem a assistência social com clientelismo, caridade ou ações pontuais que nada têm a ver com Políticas Públicas e com compromisso do Estado frente à sociedade.

O órgão gerenciador da política de Assistência Social é o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), considerado uma rede cidadã de serviços, benefícios e ações sociais. O SUAS prevê a criação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para concretizar suas práticas junto às demandas advindas do átrio da comunidade.

As práticas educativas e sociais sempre se mesclam e se confundem, uma vez que toda ação educativa possui também cunho social. A recíproca também procede. Tendo isso em vista, as políticas que coordenam ambos os campos devem contemplar os aspectos sociais das diretrizes educativas assim como o caráter educativo das propostas sociais.

Enfim, o contexto do CRAS mostra-se um terreno bastante fértil para verificação de tal sincretismo e para empiricidade dos ideais propostos pelas políticas educativas e sociais. Os profissionais que dele fizerem parte devem sempre estar atentos para não negligenciar tal enfoque, sejam eles psicólogos, assistentes sociais ou mesmo estagiários.

### **3. METODOLOGIA**

Adotamos uma perspectiva metodológica que caracteriza esse estudo como sendo do tipo descritivo-analítico. O campo de investigação correspondeu a um Centro de Referência de Assistência Social e áreas adjacentes, na cidade de Campina Grande, na Paraíba.

A amostra correspondeu a famílias assistidas pelo CRAS e profissionais que atuam no mesmo. Os instrumentos de coleta de dados constituíram-se da realização de visitas sistemáticas a instituição em questão; de observações não participantes aos grupos e famílias assistidos pelo CRAS; e da aplicação aos profissionais da instituição de questionários abertos acerca dos problemas lá encontrados e a respeito de suas concepções sobre o papel do psicólogo educacional no tocante a construção do protagonismo e da autonomia das famílias em situação de risco social.

Os dados coletados foram agrupados e categorizados a partir da aplicação da técnica de análise qualitativa de conteúdo proposta por Bardin (1977) que é caracterizada pela observância de algumas regras técnicas como homogeneidade, exclusão mútua, pertinência e objetividade.

### **4. RESULTADOS**

De um modo geral, os profissionais atribuíram ao psicólogo educacional tarefas como o acompanhamento às famílias, a participação no crescimento, relativo aos níveis sociais e educativos dos indivíduos, ainda com o intuito de promover a inclusão social.

No que diz respeito às possibilidades de atuação do mesmo no próprio espaço foram citados principalmente aspectos como atendimentos individuais, assim como a formação e o acompanhamento de grupos.

Quando perguntadas sobre os problemas mais significativos identificados no trabalho cotidiano da instituição, as respostas mais incisivas referiram-se às dificuldades do profissional em dar a devida atenção e assistência às famílias por conta da extensa área de abrangência, havendo assim a necessidade de estabelecer prioridades, onde as mais carentes são atendidas inicialmente.

Por fim, todas os profissionais julgaram ser da competência do psicólogo educacional (juntamente com outros profissionais) buscar alternativas para minimizar dificuldades, trabalhando principalmente no intuito de colaborar para a melhoria de todas as questões levantadas anteriormente.

Dessa forma, foi possível perceber a visão dos participantes sobre a importância que possui um trabalho que interligue psicologia e educação em um contexto social, sobretudo no que se refere à demanda atendida pelo CRAS, a qual se constitui em sua grande maioria, por famílias em situação de vulnerabilidade social.

### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Reiterando o que já foi exposto, este trabalho trata-se da primeira fase de um projeto de extensão universitária na qual a intervenção será realizada a posteriori. Assim sendo, uma constatação faz-se inegável, diante da demanda atendida no CRAS em questão há um reconhecimento por parte de seus profissionais acerca da necessidade e da relevância do “fazer” do psicólogo educacional através da inserção de ações educativas no resgate da

cidadania e no desenvolvimento das famílias em circunstância de vulnerabilidade, favorecendo seu crescimento em nível social e educativo.

Assim sendo, a partir desse trabalho identificamos essa real necessidade de viabilizar uma proposta de ação que possa, de fato, ressaltar a importância da Psicologia Educacional ser contextualizada no espaço do CRAS e de áreas adjacentes, sendo entendida sob uma amplitude maior, ou seja, o seu interesse não apenas focado nos aspectos relacionados à escola, mas sim pensando a educação como um processo do qual faz parte a prevenção, trabalhando entre outras questões a cidadania, pois é nessa dimensão que o psicólogo educacional tem que está presente como parte integrante, promovendo crescimento, evolução e reflexão de temas que são de extrema importância à vida do indivíduo.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1977.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: Uma introdução ao estudo de Psicologia**. 13. ed. reform. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2002.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. 4 ed. São Paulo: melhoramentos, 1955. p 25-56.

MENEZES, C. L.; CARVALHO, K. C.; ATAÍDE, P. C. Q.; BELFORT, S. F.; COSSOTE, S. B.. Mitos e verdade sobre a atuação do psicólogo escolar: a visão deste pelos profissionais e alunos de uma instituição de ensino provado em Manaus. 2007

CRUCES, A. V. V.. Psicologia e educação: Nossa história e nossa realidade. In: **Psicologia escolar: ética e competência na formação e atuação profissional** (Org. ALMEIDA, S. F. C.). Editora Alínea, São Paulo, 2003, p.17-36.

NETTO, S. P.. As origens e o desenvolvimento da psicologia escolar. In. **Psicologia Escolar: Pesquisa, formação e prática** (Org. WECHSLER, S. M.). Editora Alínea, São Paulo, 2001, ed. 2, p. 21-30.

REY, F. G.. Psicologia e saúde: desafios atuais. **Psicologia: reflexão e Crítica**. Porto Alegre, vol. 10, n. 2, 1997.

SANTOS, C. S. G. Atuação do psicólogo escolar/educacional e habilidades sociais: uma relação necessária. In: CORREIA, M. (Org) **Psicologia e escola: uma parceria necessária**. São Paulo: Alínea, 2004.

Secretária Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social:** Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social. Brasília, 2006.

VALLA, V. V.. Educação, Saúde e Cidadania: Investigação Científica e Assessoria Popular. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 1, p. 30-40, 1992.

\_\_\_\_\_. Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 2, p. 7-14, 1999.